

RESENHA:

ANDREFF, Wladimir. **Multinacionais globais**. Bauru: EDUSC, 2000, p. 198.

Leandro Bruno Santos¹

Wladimir Andreff é professor na Universidade de Paris-I-Panthéon-Sorbone e vice-presidente da Associação Européia para Estudos Econômicos Cooperativos. É também especialista no estudo de investimentos diretos estrangeiros e de empresas multinacionais, contando com inúmeros livros e artigos científicos no cenário acadêmico internacional. Nos últimos anos, tem se dedicado à investigação da emergência de empresas multinacionais situadas no leste da Europa.

Neste livro, o seu objetivo vai além da mera constatação das estratégias globais desenvolvidas pelas empresas multinacionais (MN), pois procura compreender as conseqüências da globalização para a economia mundial e para o futuro da sociedade, devido à enorme desigualdade das economias dos diversos países. O livro é bem redigido, conta com 6 capítulos e com uma bibliografia rica e densa sobre o que de melhor foi escrito a respeito das empresas multinacionais nos últimos 30 anos.

No capítulo 1, **O investimento Direto Estrangeiro**, estabelece uma distinção importante e necessária entre Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), investimentos em *portfólios* e novas formas de investimentos (NFI). Os IDE têm como característica mais importante a procura pelo controle acionário durável, sob a forma de aquisição, fusão, *joint venture* (empreendimentos conjuntos) ou *greenfield investments* (investimentos novos). Os investimentos em *portfólios* não se destinam ao controle durável, mas à compra de títulos públicos e estatais de rápido retorno. As novas formas de investimento permitem que as MN controlem empresas em outros países prescindindo de capitais, por meio de acordos de licença, de assistência técnica, do *franchising*, da terceirização internacional, *inter alia*.

No final do século XIX, os investimentos externos prevaleciam sob a forma de *portfólio*, por meio de empréstimos entre governos e do patrocínio à construção de infra-estrutura (ferrovias). A partir de meados dos anos 1950, com o aprofundamento da internacionalização de empresas norte-americanas e, em seguida, européias e japonesas, os investimentos predominaram sob a forma de IDE. Desde os anos 1970, com o fim do padrão ouro-dólar e a adoção de medidas neoliberais de desregulamentação econômica e financeira, as NFI têm se destacado.

A dimensão espacial dos investimentos, nas três formas destacadas, está concentrada na tríade (Estados Unidos, Europa e Japão) em alguns Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) e em Transição². O “globo” de atuação das MN é, portanto, circunscrito à tríade e a alguns países em desenvolvimento e em transição, sendo que, dentro do Terceiro Mundo, as estratégias das MN deixam claro que existem aqueles “no qual se investe, os NPI, e o resto que se deixa à ajuda pública para o desenvolvimento” (p. 33). Os IDE das empresas têm, nos últimos anos, sido marcados pelo redirecionamento da indústria para os serviços, haja vista que os principais países investidores “se tornaram economias de serviços” (p. 44).

Em **A organização Multinacional**, segundo capítulo, destaca que as definições de multinacionais são antiquadas à compreensão dos IDE recentes, porque, por serem baseadas em critérios arbitrários, estáticos, tipológicos e abrangentes, “negligenciam as PME multinacionais, as NFI e as alianças entre as MN” (p. 48). Em sua opinião, tratar a MN como uma organização permite uma apreensão mais dinâmica e evolutiva. Para ele, a MN não é uma máquina de maximizar lucro, mas “uma organização, uma forma de coordenação entre interesses variados (acionistas-dirigentes), até divergentes (acionistas-assalariados), devendo cooperar entre si” (p. 48). A eficácia da cooperação se dá por meio da base contratual e da hierarquia no interior da firma.

A organização da EMN adapta-se a sua estratégia de produção, de internacionalização, de internalização ou externalização das atividades realizadas no mercado. Em outras palavras, quanto mais avança a mundialização da economia, mais a MN desenvolve seus investimentos no exterior, amplia suas filiais em outros mercados e promove mudanças em sua organização quanto à administração dos ativos (formas U, M e matricial), às formas de organização do trabalho (verticais ou horizontais) e às trocas intra-firma e inter-firmas (internalização ou externalização).

No terceiro capítulo, **As estratégias de internacionalização**, estabelece uma periodização das estratégias das EMN no exterior, à luz dos contextos econômicos e tecnológicos. Até o início do século XX, as estratégias eram de abastecimento, com plantações, depósitos minerais e entrepostos comerciais

¹ Doutorando do programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente. E-mail: leandrobrunogeo@hotmail.com. Bolsista FAPESP e membro do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR).

² Esses termos são de utilização do autor do livro.

controlados pelas MN de origem, principalmente, no setor primário. Em meados dos anos 1960, a estratégia de mercado prevaleceu no avanço externo das empresas. As filiais eram controladas independentemente por divisões internacionais ou Quartéis Gerais (QG) regionais da organização multinacional, sem relação entre elas.

Entre 1960 e 1975, as MN forjam a estratégia de racionalização da produção, com os IDE tirando vantagens de “custos de produção (em capital, em insumos, em salários) mais baixos nos países hospedeiros e de economias de escala devidas à forte especialização de ‘filiais-oficinas’” (p. 72). Desde os anos 1980, surgiram novas estratégias, dentre elas a combinação das estratégias de mercado com a de racionalização de produção, as estratégias técnico-financeiras, as alianças etc.

A informação, o conhecimento, a tecnologia e a automação flexível permitiram às MN recentralizarem suas atividades nos países desenvolvidos, ao passo que a desregulamentação econômica e financeira abriu brechas para a acumulação em canais alheios à produção. As mudanças tecnológicas e financeiras possibilitam a adoção de estratégias de acumulação globais pelas MN. Andreff apresenta 5 itens que permitem identificar as estratégias globais, quais sejam a centralização internacional de capitais, a estrutura de grupos assumidas pelas MN, o tratamento dado à PD e à tecnologia pelas MN, as alianças entre as MN e a integração mundial da produção.

No quarto capítulo, **As multinacionais terciárias**, mostra que os serviços se tornaram o principal setor de expansão das MN, a partir dos anos 1980. Inicialmente, os IDE industriais no exterior demandaram a prestação de serviços - comércio, finanças, contabilidade, publicidade -, levando as firmas de serviços a seguir as MN em suas estratégias de internacionalização produtiva. Posteriormente, com a adoção de políticas neoliberais de desregulamentação econômica e financeira nos países desenvolvidos e periféricos, de um lado, e com os avanços da telemática e da *titularização* e inovações financeiras, de outro, os Bancos Multinacionais (BM) e as MN passaram a movimentar cada vez mais capitais - principalmente no mercado de câmbio - se nenhum lastro com o financiamento da produção e das trocas.

Em **O Estado frente à globalização**, quinto capítulo, destaca que a nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) “tem como novidade integrar os países da Triade e os NPI e desintegrar a maioria dos PVD” (p. 127). Para ele, a globalização da produção e dos mercados não fez desaparecer o papel dos Estados, apesar de tê-lo modificado, enquanto redutor da incerteza (regulações estatais) na economia mundial, isto é, com a adoção de políticas econômicas, o Estado pode criar, fortalecer ou destruir qualquer vantagem concorrencial das MN. No entanto, frente à enorme demanda por IDE, as MN “põem os Estados em concorrência. Estes, para atrair uma parte do IDE mundial, devem oferecer vantagens e garantias às MN” (p. 147), bem como adotar políticas monetária e orçamentária impostas por organizações multilaterais, como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No sexto capítulo, **As multinacionais: um ponto de encontro teórico**, sumariza as milhares de publicações nos últimos trinta anos em quatro 4 correntes de interpretação: i) A economia internacional, de base macroeconômica e fundada sobre o pressuposto das vantagens comparativas; ii) a economia industrial, mesoeconômica e dinâmica, que procura mostrar as vantagens competitivas das indústrias e das firmas; iii) a economia institucional, cujo enfoque recai sobre as vantagens específicas e estratégicas das organizações; iv) a sistêmica que procura ressaltar a formação das EMN e o impacto delas na internacionalização do capital e na concorrência.

Apesar da contribuição de cada uma das quatro abordagens, salienta que nenhuma delas oferece uma resposta analítica unificada e coerente para *aonde* vão os IDE e as *atividades* das MN, *por que* as empresas se toram multinacionais e *quais* os seus impactos nas economias nacionais e mundial. Em suma, em sua opinião, nenhuma das correntes fornece uma resposta integrada da localização, dos determinantes, das estratégias e das conseqüências globais das MN.

Andreff, em seu livro, apresenta um panorama bem documentado da integração mundial dos mercados no que se refere às trocas, aos investimentos diretos, à circulação de capitais nos mercados financeiros etc., ao mesmo tempo em que mostra que o processo de mundialização não é total, pois “nem os Estados, nem as disparidades nacionais de desenvolvimento econômico, nem as desigualdades sociais desapareceram com a internacionalização do capital” (p. 181). Por tudo isso, o livro deve ser leitura obrigatória àqueles que pretendem enveredar pela análise dos IDE, das empresas multinacionais (de países desenvolvidos e periféricos), do capital financeiro, dentre outros temas.